

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC com relação a este processo, cujo objeto é a **aquisição de câmara frigorífica de congelados para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.**

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Elinia da Silva Mateus Marsango	Nutricionista	1133401	elinia.mateus@itajai.sc.gov.br
Aline da Silva Conceição	Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro	2689101	aline.conceicao@itajai.sc.gov.br
João Vitor Moreira Samarão	Agente em atividades administrativas	2604001	joao.samarao@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Itajaí está em operação, sendo que os recursos destinados para a aquisição de alimentos são totalmente custeados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), sendo que o pagamento aos agricultores é realizado diretamente do governo federal para os agricultores familiares que são os beneficiários fornecedores do programa. Por conta disso, todo o

recurso destinado pelo governo federal para o município de Itajaí, não é depositado em conta do município.

A capacidade de armazenamento de produtos congelados é insuficiente, sendo um fator limitante para a plena execução do programa no município. Atualmente, o Programa de Aquisição de Alimentos em Itajaí não dispõe de equipamentos de congelamento em quantidade suficiente para atender à demanda de produtos congelados ofertados pelos agricultores familiares de Itajaí.

O município é referência na produção de aipim (descascado congelado), tendo características organolépticas diferenciadas, tendo em vista que a área agricultável do município é localizada em uma região com terra de turfa, conhecida como terra preta, o que confere características únicas ao aipim produzido em Itajaí, que é menos fibroso e, conseqüentemente, mais macio. Por conta disso, o município está, inclusive, em processo avançado de Certificação de IG (Indicação Geográfica), para certificação do "aipim da terra preta de Itajaí". Por conta deste diferencial, há grande produção de aipim de Itajaí, os quais são ofertados pelos agricultores familiares do município na forma de aipim descascado congelado que, inclusive, tem um valor melhor pago pelo MDS se comparado ao aipim in natura.

Tendo em vista que Itajaí é bastante susceptível à emergência climática, especialmente os alagamentos, a região da Colônia Japonesa é bastante afetada com as cheias e, conseqüentemente, com a perda na produção de alimentos. Em decorrência disso, os agricultores familiares de Itajaí optam pelo cultivo de aipim em grande quantidade, tendo em vista que, por ser um tubérculo, é uma cultura mais resistente às intempéries climáticas.

Considerando o cultivo de aipim em Itajaí, em grandes quantidades, incentivada principalmente pelos motivos expostos acima e, tendo em vista que um dos principais objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos é beneficiar os agricultores familiares locais, há grande oferta de aipim descascado congelado para venda para o PAA em Itajaí. Entretanto, a coordenação do PAA em Itajaí consegue adquirir apenas 10%, aproximadamente, do que é ofertado pelos agricultores familiares, a cada operacionalização do PAA, justamente pela insuficiência de equipamentos de congelamento, que permitam o armazenamento adequado dos alimentos congelados, de modo a garantir a qualidade e características organolépticas dos mesmos.

No último Termo de Adesão de Itajaí, firmado junto à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família de Santa Catarina, para operacionalização do PAA Estadual no município de Itajaí, teve uma média de 8 toneladas de alimentos por operacionalização,

totalizando mais de 70 toneladas de alimentos e mais de R\$ 500.000,00 destinados pelo governo federal ao município.

Recentemente, foi iniciada a operacionalização do PAA Indígena. O Município foi contemplado também com R\$ 325.000,00 da Portaria Federal SESAN/MDS nº 191/2025 para operacionalização do PAA Federal. Além disso, Itajaí encontra-se em fase final de adesão ao PAA Estadual. E também, o município está a ser beneficiado pelo PAA CONAB, com alimentos e também com doações que serão intermediadas por meio da COOPERAR e destinadas à rede socioassistencial do município de Itajaí, quando da liberação dos recursos. O volume previsto, considerando apenas as atuais adesões, supera as 100 toneladas de alimentos, podendo este quantitativo aumentar, conforme forem publicados novos editais com a destinação de recursos.

Ademais, vale ressaltar, que o município de Itajaí está em fase de implantação do Banco de Alimentos, que é uma ação prevista no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itajaí, sendo que as ações previstas no Plano devem ser efetivadas pelo município, conforme estabelecido no Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), firmado entre o Município de Itajaí e o governo federal. No futuro Banco de Alimentos, a existência de uma câmara fria possibilitará a arrecadação de alimentos doados por empresas, inclusive pesqueiras, bem como alimentos advindos de apreensões dos órgãos de fiscalização. Atualmente, o município de Itajaí não dispõe de nenhuma câmara fria para o armazenamento de alimentos destinados à doações.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano de Contratações Anual (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação não estava prevista no plano de contratações anual, em virtude de a necessidade ter sido identificada posteriormente, sendo a exceção autorizada pela autoridade competente.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação deverá atender às necessidades de armazenamento adequado de alimentos congelados no âmbito do Banco de Alimentos, observando requisitos mínimos de desempenho, segurança, eficiência energética e conformidade sanitária. A solução a ser contratada deve contemplar:

- câmara frigorífica destinada ao congelamento de alimentos, compatível com o volume de armazenamento previsto pela Secretaria;

- estrutura isolada com características adequadas à manutenção de temperaturas compatíveis com o congelamento;
- porta e acessórios necessários à conservação térmica e ao fluxo operacional interno;
- sistema de refrigeração dimensionado para operação contínua e eficiente;
- atendimento às normas técnicas, sanitárias, de segurança elétrica e de refrigeração aplicáveis;
- instalação completa, incluindo todos os componentes necessários para pleno funcionamento;
- garantia e assistência técnica conforme padrões mínimos definidos no Termo de Referência.

Os requisitos técnicos específicos referentes a dimensões, materiais, capacidade, potência, desempenho térmico, condições de instalação e demais parâmetros serão detalhados no Termo de Referência, conforme previsto na legislação e nas práticas de contratação da Administração Pública.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A considerar o valor disponibilizado pela emenda impositiva, será adquirida somente 01 (uma) câmara frigorífica para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Após a análise das alternativas possíveis para a aquisição de câmara frigorífica, foram identificadas as seguintes opções:

Em atendimento ao art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento mercadológico para identificar as alternativas viáveis à necessidade de armazenamento de alimentos congelados no Banco de Alimentos do Município.

Alternativas analisadas

a) Aquisição de câmara frigorífica Solução que prevê a compra definitiva do equipamento, possibilitando sua instalação na estrutura do Banco de Alimentos.

Vantagens: maior autonomia operacional, melhor controle sanitário, ausência de custos recorrentes, adequação ao fluxo contínuo do PAA e integração ao patrimônio municipal.

Desvantagens: necessidade de instalação e de eventual manutenção preventiva e corretiva.

- Aluguel de espaço com câmara frigorífica

- **Descrição:** Consiste em utilizar instalações de terceiros para armazenamento.

Vantagens: dispensa instalação própria.

Desvantagens: custos mensais continuados, necessidade de deslocamentos, menor autonomia e dependência de disponibilidade de terceiros.

A **aquisição** apresenta melhor relação custo-benefício, considerando que o uso da câmara é permanente e essencial às atividades do Banco de Alimentos, enquanto o aluguel gera despesas recorrentes e menor eficiência logística.

A pesquisa de mercado realizada com fornecedores locais e regionais indica valores na faixa de até R\$ 50.000,00, compatíveis com o orçamento disponível e suficientes para a aquisição de equipamento que atenda às necessidades operacionais do órgão.

Quanto às modalidades de contratação possíveis: Conforme a Lei nº 14.133/2021, foram avaliadas as modalidades possíveis para a aquisição de câmara frigorífica:

Considerando o valor estimado da contratação (R\$ 50.000,00), a hipótese aplicável é:

Dispensa de licitação por valor – art. 75, II da Lei nº 14.133/2021: A contratação se enquadra no limite legal atualizado para aquisição de bens, permitindo procedimento mais célere e eficiente, sem prejuízo da pesquisa de preços, motivação e comprovação da vantajosidade.

Inexigibilidade: Não se aplica, pois há mercado competitivo e múltiplos fornecedores.

Pregão Eletrônico: Seria modalidade possível, mas não necessária, uma vez que o valor se enquadra na hipótese de dispensa.

Conclusão:

A alternativa mais vantajosa é a aquisição da câmara frigorífica, garantindo autonomia, eficiência operacional e melhor atendimento às demandas do PAA. Diante do valor estimado, a contratação poderá ser realizada por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, II da Lei

nº 14.133/2021, mediante comprovação da vantajosidade e observância dos requisitos legais e regulamentares.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme pesquisa de preços anexa ao processo, a qual foi construída com a metodologia de consulta em portais oficiais de compras e contratações públicas, além de terem sido realizadas cotações com empresas, chegou-se ao valor global estimado é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)** para a aquisição da câmara frigorífica.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A **aquisição da câmara e integração do bem ao patrimônio do município** é considerada a solução mais viável e vantajosa, pois fundamenta-se na melhor utilização do bem pela secretaria municipal de assistência social, uma vez que esta está a participar de diversos programas de aquisição de alimentos e estes necessitam do devido tratamento, manuseio e armazenamento, sendo a câmara frigorífica própria a melhor solução para esta necessidade.

A escolha da modalidade de **dispensa de licitação**, fica fundamentada pelo art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, por se enquadrar nos valores delimitados.

A contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Após análise técnica e mercadológica, conclui-se que não é viável o parcelamento da contratação, uma vez que a solução necessária consiste na aquisição de uma câmara frigorífica completa, cuja funcionalidade depende da integração e compatibilidade entre todos os seus componentes estruturais, elétricos e de refrigeração.

A câmara frigorífica é um equipamento industrial integrado, composto por painéis isotérmicos, porta frigorífica, unidade condensadora, evaporador, sistema de automação e demais acessórios que devem ser fornecidos e instalados de maneira conjunta, por empresa tecnicamente habilitada.

O fracionamento desses itens entre diferentes fornecedores poderia gerar:

- incompatibilidade técnica entre os componentes;

- fragmentação da responsabilidade, dificultando a garantia e o suporte técnico;
- risco de perda de eficiência térmica, caso painéis, portas e unidades de refrigeração não estejam ajustados entre si;
- elevação de custos, devido à contratação isolada de itens e mão de obra;
- dificuldade de responsabilização, especialmente quanto à instalação, desempenho e assistência técnica.

O levantamento de mercado demonstrou que os fornecedores comercializam o equipamento de forma unitária, oferecendo solução completa, incluindo instalação, testes e garantia integral. Não há oferta consolidada de fornecimento separado de painéis, motores, evaporadores ou acessórios de instalação para uso independente, o que reforça a indivisibilidade técnica do objeto.

Além disso, o parcelamento comprometeria os princípios da padronização, eficiência, economicidade e responsabilidade técnica, uma vez que geraria riscos operacionais, incompatibilidades e sobrecustos, sem trazer benefícios para a Administração.

Dessa forma, por razões técnicas, operacionais e econômicas, e considerando a necessidade de responsabilidade integral do fornecedor sobre o desempenho do equipamento, justifica-se a contratação do objeto de forma não parcelada, mantendo-se a unidade do fornecimento como medida mais vantajosa para o interesse público.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há contratações correlatas.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Ao adquirir uma câmara frigorífica, pretende-se:

- Assegurar condições adequadas de conservação dos alimentos, garantindo manutenção da qualidade, integridade e valor nutricional dos produtos destinados às ações socioassistenciais
- Reduzir significativamente perdas, desperdícios e deterioração de gêneros alimentícios, promovendo maior eficiência no uso dos recursos públicos aplicados nos Programas de Aquisição de Alimentos e demais iniciativas do município.

- Ampliar a capacidade de armazenamento da Secretaria, possibilitando melhor planejamento, organização e distribuição dos insumos, com maior previsibilidade e regularidade no atendimento às famílias beneficiárias.
- Elevar o padrão de segurança sanitária, por meio do cumprimento das condições técnicas de temperatura, higiene e acondicionamento previstas nas normas vigentes.
- Fortalecer a infraestrutura municipal, incorporando ao patrimônio público um bem durável e de alta relevância operacional, que contribui para a melhoria contínua das atividades de apoio logístico.
- Aprimorar a efetividade operacional das equipes, tornando o fluxo de recebimento, estocagem e entrega dos alimentos mais ágil, organizado e eficiente.
- Garantir maior autonomia e capacidade de resposta do município**, reduzindo dependências externas e assegurando que as demandas emergenciais ou sazonais possam ser atendidas com maior rapidez.
- Qualificar o gerenciamento de estoque: permitindo controle mais rigoroso de entrada, saída e rotatividade dos alimentos, contribuindo para práticas de gestão mais transparentes e alinhadas aos princípios da administração pública.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Deverá a administração:

- Comprovar disponibilidade orçamentária;
- Validar a proposta da empresa a ser contratada;
- Designar formalmente o fiscal de gestão e o fiscal de execução do contrato..

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A aquisição e uso de câmara frigorífica pode ter como seguintes impactos ambientais:

• Consumo elevado de energia elétrica:

○ **Impacto:** Equipamentos de refrigeração possuem consumo contínuo de energia, podendo aumentar a demanda elétrica da unidade e gerar maior pegada ambiental.

○ **Medida Mitigadora:** A Contratada deverá comprovar a posse ou a utilização de sistema de tratamento de efluentes (ex: caixas separadoras de água e óleo, sistema de flotação, filtros coalescentes) devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes (ex: IMA/SC).

A comprovação da licença de operação ambiental válida e em dia será exigida.

- **Uso de gases refrigerantes com potencial de impacto climático:**

- **Impacto:** Gases refrigerantes podem ter alto potencial de aquecimento global caso haja vazamentos, contribuindo para emissões prejudiciais ao meio ambiente.

- **Medida Mitigadora:** Garantir que a instalação seja feita por técnico habilitado, com certificação, evitando vazamentos. Manter plano de manutenção preventiva com verificação regular de pressurização e integridade do circuito. Determinar que a empresa fornecedora dê destinação ambientalmente correta aos gases, caso haja necessidade de recarga ou descarte.

- **Geração de resíduos no ciclo de vida (embalagens, partes metálicas e eletrônicas):**

- **Impacto:** A aquisição pode gerar resíduos como embalagens de madeira, isopor, plásticos e, futuramente, resíduos eletrônicos no descarte do equipamento.

- **Medida Mitigadora:** Dar a devida destinação ambiental aos resíduos e embalagens gerados.

- **Potencial de contaminação por descarte inadequado de água de degelo:**

- **Impacto:** Alguns modelos liberam água de degelo, que pode causar acúmulo, infiltração ou contaminação se coletada inadequadamente.

- **Medida Mitigadora:** Exigir instalação com drenagem adequada para rede pluvial ou sanitária, conforme normas técnicas. Manter bandejas e drenos limpos para evitar entupimentos ou vazamentos.

A contratação, portanto, buscará ativamente a inclusão de critérios de sustentabilidade na seleção do fornecedor. A Contratada deverá comprovar o cumprimento das legislações federais, estaduais (Santa Catarina) e municipais ambientais aplicáveis, em linha com as recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU) e as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Essa abordagem visa assegurar que a prestação dos serviços de lavagem e higienização contribua para a sustentabilidade ambiental na gestão da frota pública municipal.

14. Observância da Lei Municipal 7.785/2025:

Considerando que nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos Lei Municipal nº 7.785/2025, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e

simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedor Individuais e Sociedades Cooperativas de Consumo nas Contratações Públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal, deverá ser inserido item no ETP sobre a participação ou não exclusiva de ME ou EPP, conforme segue:.

Art. 14. Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a opção de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - O percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II - Que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - Que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando - se o prazo para regularização previsto no artigo 20;

IV - Que a empresa contratada se comprometa a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

V - Não sendo possível a substituição prevista no inciso IV, a empresa contratada fica responsável pela continuidade total do contrato inicial.

§ 1º Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§ 2º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 3º Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste artigo somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

Em conformidade com a Lei Municipal nº 7.785/2025, a referida contratação terá tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte,

agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual (MEI) e sociedades cooperativas de consumo, uma vez que o valor global se enquadra na hipótese do art. 75, II, da Lei de Licitações.

14.1. Margem de preferência para algum item:

Para o item único a ser adquirido, a participação é exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar 123/2006.

15. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<div>Aline da Silva Conceição</div> <div>Matrícula: 2689101</div> <div>Itajaí, 25 de novembro de 2025</div>	<div>João Vitor Moreira Samarão</div> <div>Matrícula: 2604001</div> <div>Itajaí, 25 de novembro de 2025</div>	<div>Elinia da Silva Mateus Marsango</div> <div>Matrícula: 1133401</div> <div>Itajaí, 25 de novembro de 2025</div>

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 25 de novembro de 2025

ANDRÉ LEONARDO SEVERINO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA